

O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro

Claudio Araujo de Souza e Silva *

Resumo: Este trabalho tem como objetivo interpretar o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti - político popular que atuou fundamentalmente em áreas periféricas e pobres da cidade e do estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 30 e 60. A análise parte da hipótese de que esse fenômeno pode ser considerado uma espécie de fio condutor para se compreender a possível formação de um *habitus* que compõe uma parte importante da história política do Rio de Janeiro. A interação entre os atores que compõem esse *habitus* pode ser melhor compreendida se analisada dentro da dinâmica e estruturação do campo político do Rio de Janeiro. A pesquisa empírica baseia-se fundamentalmente no jornal Luta Democrática, que pertenceu a Tenório Cavalcanti, e nos discursos pronunciados pelo político fluminense na câmara dos deputados.

Palavras-chave: Tenório Cavalcanti; *habitus*; campo político; história política.

* Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPCIS/UERJ. E-mail: claudiosouzaesilva@gmail.com

Introdução:

A imagem pública de Tenório Cavalcanti analisada nesse trabalho foi construída fundamentalmente através de notícias e reportagens retiradas do seu jornal Luta Democrática, fundado em 03 de fevereiro de 1954. A pesquisa, ainda em andamento, se estende até o ano de 1964 – quando foi cassado pela ditadura militar. A análise sobre os seus discursos pronunciados na câmara federal, embora ainda não completa, revela o estilo de um tribuno preocupado em falar para o povo e não um articulista que objetiva fazer acordos e formar alianças. Nesse sentido, esses discursos também são uma parte importante na construção de sua auto-imagem. Sua carreira política começou em 1936, quando foi eleito vereador pela União Progressista Fluminense (UPF) para representar o então distrito de Duque de Caxias na câmara municipal de Nova Iguaçu¹. Após o período ditatorial do Estado Novo, Tenório seguiu o mesmo caminho de alguns de seus aliados políticos e filiou-se à União Democrática Nacional (UDN). Por este partido, foi eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro para fazer parte da Assembléia Constituinte e, posteriormente, conquistou três mandatos seguidos de deputado federal também pelo Estado do Rio de Janeiro (1950, 1954 e 1958), sendo que nos dois últimos conseguiu a maior votação do estado². Em 1960, após algumas divergências com o diretório nacional do partido, afastou-se da UDN e candidatou-se ao governo do recém-criado estado da Guanabara pelo Partido Social Trabalhista (PST). Tenório não foi eleito, tendo ficado em terceiro lugar, atrás do vencedor Carlos Lacerda, candidato da UDN, e Sérgio Magalhães, candidato do PTB. Mais tarde, em outubro de 1962, Tenório candidatou-se novamente pelo PST, desta vez ao governo do estado do Rio de Janeiro, tendo perdido as eleições para Badger da Silveira, do PTB, por uma pequena diferença de votos. Elegeu-se pela última vez neste mesmo pleito, conquistando novamente o cargo de deputado federal numa chapa que envolvia o PST, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Pretendo demonstrar neste trabalho de que forma a sua imagem pública, construída através do jornal Luta Democrática, e os seus discursos na câmara federal expressaram uma linguagem, símbolos e valores que identificaram Tenório com a

¹ Município pertencente a Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.

² Tenório Cavalcanti obteve 42.060 e 46.029 votos, respectivamente. Fonte: TSE – disponível em: <http://estatistica.tse.gov.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:721332717844190>.

população pobre da capital e do interior do Estado do Rio, constituída, em grande parte, por imigrantes que chegavam do Sertão Nordestino. Esta imagem pública certamente funcionou como formadora de opinião política, mas penso que seria equivocado caracterizá-la apenas nesse sentido. Afinal, o político da Baixada não tinha controle absoluto sobre o conjunto de significados construídos em torno de si. Isto porque a construção de sua imagem não encontra base de sustentação apenas naqueles que a inventaram, mas também no passado cultural da população que se identificava com ela e que, ao compartilhar significados comuns, reinventou a sua própria mentalidade e o seu comportamento. Dessa forma, penso que seria mais apropriado entender o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti através da noção de *habitus*, presente sobretudo na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002). O *habitus* tem uma função mediadora que serve para explicar a interação constante que existe entre o indivíduo e a sociedade, de modo que seja possível romper com a dualidade existente entre as duas palavras. Assim, as práticas sociais expressadas não seriam nem o resultado de formas estruturais exteriores aos indivíduos e tampouco a consequência dos objetivos determinados apenas por eles, mas sim uma configuração entre as experiências passadas e as percepções e práticas do presente. O caldo de cultura intermediado por símbolos e valores, juntamente com as estratégias discursivas e as práticas utilizadas por Tenório na luta pelo poder político é que conformavam os sentidos encarnados num estilo de fazer política próprio de uma rede social composta por Tenório, pelo seu eleitorado, os seus correligionários, e ainda outros políticos que aproveitavam a sua posição para alcançar o poder. A forma como essa rede disputava espaço com outras forças políticas é que irá constituir – seguindo novamente um conceito utilizado por Bourdieu (2002) - o campo político do Rio de Janeiro.

O campo político é um espaço de lutas em que são produzidos e consumidos produtos políticos que funcionam como instrumentos de percepção e de expressão do mundo social. Quanto maior a capacidade que um grupo tem de monopolizar esses instrumentos, maior será o seu capital político. O capital político é uma forma de capital simbólico, no sentido em que as distinções entre os grupos sociais que o manejam são construídas em torno de categorias como a confiança e a sensação de pertencimento. Para entrar no mercado político é preciso, portanto, adquirir competências específicas, como o domínio de certa linguagem e a capacidade de se articular com outros membros do campo. Os partidos geralmente facilitam para que os políticos adquiram essas capacidades, embora, em contrapartida, possam também coagi-los a agir somente de

acordo com certos valores e comportamentos. Quanto maior a autonomia na capacidade de produzir capital político e conseqüentemente abarcar correligionários, maior a legitimidade para entrar no campo político. A busca por essa autonomia é que coloca os atores sociais na concorrência pelo poder no campo político.

O conceito de campo político foi utilizado por alguns autores brasileiros a fim de definir os espaços construídos na política do Rio de Janeiro. Freire e Sarmento (2004) fazem uma síntese do que seria o campo político carioca. Os autores entendem que este campo é marcado historicamente pela convivência tensa entre dois pólos: de um lado estaria a representação da cidade-capital, com as suas questões e plataformas voltadas para o debate nacional, de outro a política representada pelos interesses clientelistas de lideranças políticas locais, que se expressava nas áreas mais pobres e periféricas da cidade e que se relacionava com o interior do estado. A partir da República de 46 esta dicotomia começou a ser marcada, de um lado, por políticos cujas características principais eram o carisma, a retórica do tribuno e sobretudo a contestação política e a capacidade de nacionalizar os debates e, de outro lado, pelo estilo articulista e negociador de apoios e votos, que procurava evitar o combate político. O primeiro padrão foi construído em torno de políticos como Carlos Lacerda e Leonel Brizola, já em relação ao outro modo de fazer política foram ícones Amaral Peixoto e Chagas Freitas.

A interpretação sobre a construção da imagem pública de Tenório Cavalcanti e a sua atuação no campo político do Rio de Janeiro constituem o foco da análise que vem a seguir. Assim, pretendo mostrar o conjunto de significados e códigos culturais associados à maneira como ele se apresentava na esfera pública e a sua forma de atuação política. Mais do que a simples descrição das características de uma liderança popular, minha intenção é chamar atenção para a construção de processos identitários que se constituem através da interação entre atores e que são capazes de instituir meios através dos quais se criam mecanismos de inclusão ou exclusão social. A partir dessas proposições iniciais procuro dialogar com alguns conceitos que conformam aquilo que usualmente se chama de pensamento social brasileiro e que orientam boa parte das análises políticas que nos permitem classificar a nossa realidade social.

1 – “Tenório é!”

Não depende de estações de televisão, de rádios, de jornais, de campanhas publicitárias. Tenório é! Ninguém o manipulou ou criou, como mito, apoiado neste ou naquele grupo econômico, criado, feito, produzido, como em linha de montagem, como quem fabrica painéis, motores ou aspiradores de pó (...) Tenório construiu a sua própria legenda e foi o povo quem o levou e o sustenta à sua frente, como líder autêntico. (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/09/1962, P.5).

A discussão entre a prevalência da liderança carismática sobre a ideologia partidária é corriqueira na opinião pública brasileira e, como se pode ler num artigo já antigo de Gláucio Ary Dillon Soares publicado na Revista Civilização Brasileira (1965), não é peculiar ao nosso país, sendo possível encontrá-la, em diferentes momentos históricos, nos Estados Unidos, em países latino-americanos e ainda europeus, como a França. Para este autor, a percepção sobre a ausência de força ideológica dos partidos políticos representa mais uma insatisfação conjuntural ou ainda uma idéia utópica e até mesmo ingênua dos intelectuais do que, propriamente, um problema que remete à genealogia da formação social um país.

Essa passagem do jornal Luta Democrática é apenas um exemplo que indica a valorização das características de um líder carismático, acreditando, conseqüentemente, que elas não apenas faziam sentido naquela época, como também tinham uma conotação positiva para o imaginário político de seu público leitor. A análise da expressão política de Tenório Cavalcanti através das fontes pesquisadas permite descrever alguns padrões discursivos permeados por símbolos e valores. Primeiramente foi possível observar a ênfase dada à idéia de que a política é lugar para sacrifícios, de que um bom político deve fundamentalmente se sacrificar pelo povo, sendo menos importante estabelecer acordos e arranjos com os seus pares; o segundo aspecto se refere à construção de um discurso popular, contra o elitismo, tanto econômico, quanto político; e, finalmente, o terceiro aspecto exprime um posicionamento em defesa do trabalhador rural, do homem do campo, do interior do país, mas também, de modo mais geral, do pobre desprovido dos direitos trabalhistas, mostrando o trabalhismo como uma ideologia que privilegiava o trabalhador das indústrias das grandes cidades. Esses três aspectos eram reforçados tanto no jornal quanto na tribuna do parlamento, de modo que

é possível dizer que não havia uma diferença significativa entre o Tenório da Luta Democrática e o Tenório deputado federal.

Creio que todos esses aspectos contribuíram para que Tenório Cavalcanti pudesse construir um mito em torno de si baseado em histórias heróicas, lendárias e de forte apelo popular. A sua valorização como uma liderança carismática sugere que o político se cercava por uma dimensão simbólica com um fortíssimo poder de adesão. Essa particularidade indica que a sua própria trajetória se confundia com um sistema de valores que representava a vida social e uma determinada moral coletiva, assim como as emoções e esperanças socialmente compartilhadas pela população que habitava o espaço em que atuava.

Trata-se de entender propriamente as bases em que se sustentou o seu poder político. No clássico ensaio “A política como Vocação” (1982), Weber questiona os fundamentos que dão legitimidade ao poder: “Quando e por que os homens obedecem? Sobre que justificação íntima e sobre que meios exteriores repousa esse domínio?”. Para responder a esta pergunta, o autor descreve os três tipos ideais de dominação (legal, tradicional e carismática), estes são detalhadamente descritos em “Os três tipos puros de dominação legítima” (2008). Ao descrever a liderança carismática, Weber destaca a questão da devoção afetiva ao líder, sendo esta construída através de seus atos ou de suas palavras. As relações afetivas são entendidas como relações pessoais sustentadas fundamentalmente na relação direta entre o líder e seus seguidores. Como na dominação carismática não há elementos mediadores, como as leis e as tradições, ela se torna mais efêmera e normalmente desabrocha em momentos críticos de instabilidade, perdendo suas características principais ao ser rotinizada. A descrição de Weber é um ótimo recurso interpretativo para se refletir de que maneira certos valores e visões de mundo são colocadas e confrontadas no debate público.

Sem dúvida a imagem pública de Tenório - como a de qualquer outro político popular - necessitava de uma semântica própria que estabelecesse sua relação direta com as massas. As campanhas eleitorais criadas nos regimes democráticos do mundo inteiro sempre exploraram a fundo essa relação direta entre o político e as massas, seja no sentido positivo ou no sentido negativo – quando se quer atacar o adversário chamando-o de demagogo, populista ou outros termos parecidos. Analisar a forma como essa relação é percebida pelo público, seus sentidos, suas linguagens e os códigos culturais acionados através dela, pode ser um excelente exercício para se compreender melhor a cultura política de um espaço social ou mesmo de um país. Creio que na

história recente do Brasil, desde o primeiro governo Vargas, ganha especial importância não apenas a discussão a respeito das relações entre o líder carismático e as massas, mas também entre o líder e as instituições políticas, especialmente os partidos no contexto democrático; e ainda como essa relação permeia os ajustamentos entre a ordem pública e a ordem privada. Portanto, trata-se de entender de que maneira o estudo sobre a atuação política de Tenório Cavalcanti pode nos remeter a uma análise crítica sobre algumas idéias e conceituações consagradas pelas teorias políticas tradicionalmente utilizadas para se pensar a respeito de nossa realidade social.

2 – Os dois corpos do deputado:

A idéia da dominação carismática, que ganhou uma definição precisa na conceituação de Weber, influenciou amplamente a discussão política contemporânea. Gostaria de destacar especialmente a naturalidade com que o carisma é relacionado à idéia de ausência de solidariedade social. Como observa André Botelho (2007, p.27), a obra de Oliveira Vianna ajudou a difundir a idéia de que o “insolidarismo social” é um *ethos* do brasileiro. Consequentemente, o mandonismo surge como explicação central das relações sociais, pois somente através dos líderes locais é que essas relações se organizam, constituindo um impasse à formação da ordem pública e da democracia. Botelho observa ainda que mesmo quando outros autores³ procuram destacar a existência de solidariedade social, esta se concentra no âmbito da esfera privada ainda que acabe se embaralhando com as instituições públicas. Porém, não podemos naturalizar a oposição entre carisma e ordem pública, como se ambos não pudessem coabitar o mesmo espaço político.

Em um ensaio intitulado “Os dois corpos do presidente”⁴ (1993), Luiz Eduardo Soares chama a atenção para a eficácia comunicativa dos símbolos na interpretação do processo político. O autor entende que categorias como a morte, o sacrifício, o sofrimento e a tragédia acionam a memória humana e servem como referência para a construção de valores capazes de circunscrever espaços de investimento afetivo e imaginário para conflitos entre escolhas ou entre alternativas excludentes. Soares percebe a existência de uma cadeia simbólica que coloca os ex-presidentes Getúlio Vargas, Tancredo Neves e Fernando Collor como interlocutores

³ Botelho se refere a Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Vitor Nunes Leal.

⁴ O autor faz alusão ao clássico livro de Ernst Kantorowicz “Os dois corpos do rei” (1998).

capazes de acionar o imaginário coletivo num sentido similar que concede significado político a tais categorias. Essa cadeia simbólica os conecta a um mesmo paradigma cultural que pode ser interpretado como sendo o sacrifício cristão que salva, que protege um povo dos males que poderiam vir a acontecer e que nos remete à idéia de redenção.

A comoção causada pelo trágico suicídio de Vargas e pela também trágica morte de Tancredo teriam provocado um sentimento de fraternidade no povo capaz de criar uma unidade imaginária constitutiva da identidade nacional brasileira. A morte de Vargas teria reinventado o seu carisma num outro sentido, que transcende a política ordinária. Naquele momento os símbolos que foram capazes de misturar a imagem de Vargas à construção da ordem pública nacional – o trabalhismo, o nacionalismo, o desenvolvimento da economia nacional – estavam em decadência e davam lugar ao chamado “mar de lamas”⁵, à corrupção que privatiza a coisa pública. Com o suicídio, Vargas teria acionado uma segunda natureza, um segundo corpo que se tornara o próprio templo do espírito público. Através da experiência da morte trágica a percepção sobre a força da esfera pública voltava a prevalecer sobre a esfera privada.

Tancredo não tinha o magnetismo carismático de Vargas, mas a agonia causada pela doença que o levou a morte também teria acionado aquele paradigma cultural do sacrifício cristão que redime o povo. Assim, a morte daquele que seria o primeiro presidente do país após a abertura, ao contrário de abalar a crença no futuro da democracia, foi percebida como um marco que serviu como uma espécie de redenção sobre esse futuro. A percepção popular sobre o seu sofrimento teria transformado o político competente e bom articulista em mártir da democracia nacional.

Em Collor o espaço público foi reencarnado de outra forma. A percepção sobre a performance política do ex-presidente estava associada a idéias-força como: energia, coragem, iniciativa, ousadia. Essas categorias foram usadas para formar a sua agenda política, afinal era fácil construir a semântica que associava a necessidade de abrir o mercado e de desemperrar a máquina pública a tais capacidades – por exemplo: era preciso coragem para enfrentar os marajás que dominavam a máquina pública. Essas características formariam a sua primeira natureza, o primeiro corpo do ex-presidente. O outro corpo era construído em cima da exposição pública dos seus finais de semana. Ao flertar com a morte dirigindo carros em alta velocidade e pilotando aviões a jato, Collor, inconscientemente ou não, associava a sua imagem a dos heróis legendários, que através

⁵ Expressão bastante usada pela imprensa da época para caracterizar a corrupção no governo Vargas.

de situações trágicas desafiavam o destino. Este segundo corpo de Collor, dominado pela tragédia da morte, dialoga com os seus antepassados (Tancredo e Vargas) contagiando-se com a virtude de ambos.

Nesta breve descrição sobre o ensaio de Soares, gostaria de chamar atenção para o caráter dramático que é conferido à política. A narrativa sacrificial funciona como uma mediação que permite que o espaço público e a solidariedade social nele presente revivam através dos símbolos carismáticos encarnados pelo trágico e pelo heróico. Este é um paradigma cultural bastante comum na sociedade brasileira, para acioná-lo no imaginário coletivo foi preciso que fizesse sentido para a população num determinado contexto. É plausível dizer que este paradigma cultural adquiriu relevância política já que produziu formas de ação coletiva expressadas em momentos de crise ou de comoção popular.

Foi possível encontrar nos discursos sobre Tenório Cavalcanti algo muito parecido com essa descrição que Luiz Eduardo Soares faz no seu ensaio. No caso de Tenório a violência foi, sem dúvida, o elemento chave para essa mediação exercida pela linguagem sacrificial capaz de conferir significado para a população que cultuava a sua estética política. A imagem de Tenório como um político justiceiro que defendia os interesses do povo foi ratificada pelo jornal, que não se preocupou em criar uma certa politização da violência por uma chave positiva. As 47 cicatrizes de bala que ostentava no seu corpo – fruto dos atentados que teria sofrido - completava a sua estética baseada numa política de confronto. O imaginário político da época ainda era alimentado com a lenda amplamente divulgada de que tinha corpo fechado. Não faltaram histórias de provação em sua vida para ratificar essa lenda.

A adesão a esse conjunto de significados ligados ao sacrifício expressado através da violência, se traduziu não apenas em votos, mas em manifestações públicas de reverência, de respeito, de admiração e de medo. São significados que foram compartilhados pela população, concedendo a Tenório Cavalcanti uma segunda natureza. O seu mito político seria sustentado por um poder quase mágico, milagroso. Nesse sentido sua lenda se assemelha às histórias dos reis taumaturgos descritas por Marc Bloch (2005). Esse autor mostra que desde a Idade Média até à modernidade os reis, em países como a França e a Inglaterra, eram considerados personagens sagrados que através do chamado “toque das escrófulas” curavam as pessoas milagrosamente. Bloch entende que o caráter sobrenatural, que por longo tempo foi atribuído ao poder régio, era um mecanismo muito importante de popularidade e de legitimação política.

Apesar disso, o estudo dos milagres para compreender as monarquias européias mereceu menor destaque por parte dos pesquisadores do que o estudo sobre os mecanismos administrativos, financeiros e/ou judiciários que as constituíram.

O jornal Luta Democrática construiu uma imagem de Tenório Cavalcanti baseada em histórias de provação e de desafio a morte; a imagem de um herói capaz de sacrificar a sua vida em prol do coletivo e na luta pelos oprimidos. O slogan do jornal já retratava isso: “Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar”. O jornal também publicava diariamente durante os seus primeiros meses de circulação a história em quadrinhos “Vida, Paixão e Drama de Tenório”, que contava a cronologia, narrada em versos, dos duelos e emboscadas em que Tenório se envolveu. Além disso, várias propagandas políticas enfatizavam as características de um salvador: “O povo vê em Tenório o seu filho amado e temido, o vingador, o que faz, com soberba audácia, o que eles, homens do povo, não ousam nem têm condições de fazer.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 11/09/1962, p.5). Em sua coluna intitulada Auscultando os sofrimentos do povo, Tenório narrou algumas das respostas que deu ao público de Caxias presente em um de seus comícios. As inúmeras acusações de assassinato que recebia de seus inimigos políticos foram transformadas em atos heróicos:

As minhas respostas eram seguidas dos aplausos da multidão entusiasta. Uma delas se resumia no seguinte: (se o governo disse que mato, eu afirmo: feliz do povo que tem líderes capazes de matar para que não matem a liberdade do povo! Bendita é a democracia que tem seus mártires capazes de morrer, para que os inimigos do homem não acabem com o povo!). (LUTA DEMOCRÁTICA, 13/07/1954, p.3).

A Luta Democrática, portanto, enfatizava a imagem de Tenório como um político que teve de utilizar a violência para lutar pela integridade do povo. Um outro bom exemplo pode ser lido numa declaração do editor-chefe Santa Cruz Lima em uma reportagem sobre Tenório:

A capa preta que o cobre não representa um hábito comum ou um bom gosto. Acoberta a arma que o garante na sua integridade física. Mas que país é este em que um representante da nação tem que contar consigo próprio para poder lutar em nome daqueles que, embora humildes, são a própria seiva da nacionalidade (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/05/1954, p.7).

A referida vestimenta, que lhe rendeu a alcunha de Homem da Capa Preta⁶, além de ser usada para acobertar a sua famosa metralhadora Lurdinha⁷ e o seu colete à prova de balas, lhe dava identidade e foi a marca principal de sua imagem pública.

No jornal e na tribuna há uma série de narrativas parecidas revestidas por essa linguagem do sacrifício e do desafio a morte. Mas essa segunda natureza de Tenório não podia existir sozinha, tinha que estar correlacionada com outros valores, outras categorias e outras formas de expressão mais diretamente associadas ao mundo da política. Os dois corpos do deputado se retroalimentavam, seriam as duas faces da construção da imagem pública que procurava retratar o seu carisma.

A primeira natureza ou corpo de Tenório, mais diretamente voltada para os conflitos políticos, se baseava numa narrativa que se posiciona contra as elites e que defendia o trabalhador rural, o homem do campo, do interior do país, mas também, de modo mais geral, o pobre desprovido dos direitos trabalhistas. Tenório Cavalcanti fez oposição ao governo, tanto estadual como federal, durante boa parte de sua trajetória, sendo que Amaral Peixoto⁸ foi um de seus principais alvos políticos. Em plena campanha eleitoral o jornal Luta Democrática publicou a seguinte manchete com a finalidade de atacar o governo do estado: “Tenório, o São Jorge matando o Dragão” (LUTA DEMOCRÁTICA 29/9/1954 :1). Ao lado foi publicado o desenho da clássica imagem do santo matando o dragão, porém, este se encontrava envolto em uma faixa onde se lia “governo fluminense”. Era o santo guerreiro enfrentando o dragão da maldade. Na narrativa do jornal, o governo de Amaral Peixoto era a descrição perfeita da privatização do espaço público. Ali haveria, segundo o jornal, corrupção, práticas de violência policial contra o povo para atender aos interesses privados, favorecimentos pessoais e abuso de poder. Tenório era o povo contra as elites e esse povo era, em sua maior parte, composto por imigrantes nordestinos. Tenório foi também um destes imigrantes, saindo do município de Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, na segunda metade dos anos 20. Ao longo de sua trajetória política fez questão de enaltecer o caráter sertanejo. Em sua coluna de jornal intitulada “Minha Caxias”, escreveu: “A

⁶ Esse apelido se tornou o título do filme “O homem da capa preta”, de Sérgio Rezende (1986).

⁷ Lurdinha foi o apelido dado por militares brasileiros ao modelo de metralhadora alemã designado MG42. Algumas destas metralhadoras foram trazidas da Itália pelo exército brasileiro após a II Guerra Mundial e se tornaram famosas. Segundo uma das filhas de Tenório, o apelido de sua metralhadora foi dado pelo motorista do político em alusão ao nome de uma de suas namoradas (FORTES, 1986, p.148).

⁸ Ex-interventor federal do estado do Rio de Janeiro durante o Estado Novo e ex-governador, também do Rio, entre 51 e 55.

minha têmpera de sertanejo e a estrela que me ilumina desde as minhas primeiras passadas na senda política, sempre me proporcionaram a alegria da vitória (LUTA DEMOCRÁTICA, 12/08/1958). E a seguir continuou reforçando a liga o entre o Sertão Nordestino e a Baixada Fluminense: “O sangue nordestino que corre em nossas veias talvez influa para esse apego   terra fluminense” (Ibid). Esse era o povo sem governo e que vivia no desespero, como costumava falar.

Talvez seja apropriado dizer que Tenório representava uma espécie de UDN popular. A literatura sobre o partido aponta que a UDN construiu o seu legado de oposi o fundamentalmente junto   classe média da capital da República. Para Gláucio Ary Dillon Soares (2001), diversas correntes políticas formaram a UDN, mas as características comuns que motivaram todos os políticos que vieram a formar o partido foram o antigetulismo e a identifica o com a elite. O autor afirma que o partido da eterna vigilância teve representa o maciça nas classes m dias, onde ela existia, e entre os ricos, fossem estes pertencentes   burguesia urbana ou às oligarquias rurais. Nesse sentido, Soares afirma que:

A UDN, perdendo repetidas vezes o voto popular, foi incapaz de se transformar num partido popular; ao contrário, se reafirmou como partido antipopular e antipopulista (...) A mentalidade elitista e iluminista da UDN a impediu de captar as aspira es e anseios populares para transformar-se em sua representante. (SOARES, 2001, p.102).

Segundo Maria Victória Benevides (1981), diversas correntes políticas, liberais e conservadoras formaram a UDN. Apesar da diversidade, todas tinham em comum a atua o junto às camadas m dias da popula o, sendo que os setores populares, organizados em sindicatos ou associa es afins, permaneceram vinculados   política trabalhista iniciada por Vargas ou ligados aos comunistas, liderados por Prestes.

Diversamente do padrão udenista descrito tanto por Soares quanto por Benevides, Tenório Cavalcanti não construiu a sua base eleitoral junto aos setores médios e mais abastados da popula o. O próprio Soares revela que nas elei es de 1960, para o governo do estado da Guanabara, Tenório e Lacerda foram candidaturas de classe. Sendo que o primeiro teve a maior parte de seus votos concentrados nas camadas inferiores e o segundo nas camadas superiores. Lacerda ganhou essas elei es porque Tenório teria tirado muitos votos de Sérgio Magalhães – candidato do PTB e apoiado pelos comunistas – nas camadas mais baixas, enquanto que Lacerda dominou

amplamente as camadas altas e não perdeu votos nas baixas. Assim, este autor afirma que:

Tenório foi uma candidatura tipicamente classista. Entre os *strata* superiores, Tenório recebeu apenas 7% dos votos (que correspondem a 10% dos votos de Tenório) e entre os trabalhadores manuais não especializados e semi-especializados, Tenório recebeu nada menos de 32% dos votos, sendo o candidato mais votado nesta capa ocupacional. (SOARES, 1965, p.59).

Tanto no jornal, quanto em seus discursos na câmara federal fica evidente que Tenório disputava um espaço na política que não era comum ao elitismo udenista. Carlos Lacerda reconhece isso em seu livro de memórias:

Você pode imaginar o que era a legenda do Tenório Cavalcanti no interior: os sujeitos ouviam o Tenório uma hora e meia, duas horas, um discurso interminável onde ele ia engatando uma coisa na outra (...) e sobretudo nas cidades mais humildes encantava aquela gente. Afinal, era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando feito matuto e com 'ar de povo'. (LACERDA, 1978, p.198 e 199).

Tenório Cavalcanti também procurava ocupar um espaço político que supostamente não seria alcançado pelo discurso trabalhista voltado mais diretamente para os trabalhadores sindicalizados. Para boa parte da população brasileira, os direitos trabalhistas, ou melhor, o próprio trabalho formal era visto como algo idílico, como a própria expressão da cidadania a ser alcançada. Nesse discurso, Tenório aponta para o público com o qual procurava dialogar:

(...) o partido trabalhista brasileiro representa 5% da população da capital da República, 5%! E verificamos que residem nas favelas, no Rio de Janeiro, 7% da população. (...) A maioria desses favelados são párias, que vêm chicoteados pela fome. (...) e assim é o Brasil dos que não são trabalhistas. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1951).

Neste discurso, Tenório defendia a população que não votava, constituída em sua maioria por pobres e desempregados⁹. O deputado fluminense dizia que essa população não estava incluída na definição de povo dos trabalhistas: “70% da população do Distrito Federal não é povo? (...) O Partido Trabalhista Brasileiro é representante de trabalhadores, e representa 3% da população da Capital da República!” (Ibid).

⁹ A Constituição de 1946 não concedeu o voto aos analfabetos.

Durante um discurso do então deputado federal Roberto Morena¹⁰ sobre a incapacidade da CLT ser aplicada a realidade dos operários, Tenório intervêm para dizer: “Se V.Exa parte da realidade, aconselharia a que partisse, não dos trabalhadores, porque os homens que mais devemos lamentar não são os trabalhadores – são os sem trabalho. Destes ninguém se lembra, nestes ninguém fala.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951).

Para Tenório Cavalcanti, esse também seria o caso dos trabalhadores rurais, não assistidos, como a população urbana, pelos direitos trabalhistas. Assim, declara o político da Baixada:

(...) vemos que poucos se preocupam com o sentido social do lavrador, alavanca principal da produção nacional, que vegeta na poesia melancólica dos campos como pária legítimo, sem ter para quem apelar quando verificamos que nenhuma legislação se fez para amenizar a agonia do homem da lavoura. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, março de 1951).

Os dois corpos de Tenório Cavalcanti deram forma a sua imagem pública, penetrando o imaginário popular através de símbolos e de uma semântica carregada de valores. Se, por um lado, o político caxiense constituiu-se como um auto-ícone, criando o seu próprio mito através de seu jornal e de seus discursos, por outro, é preciso atentar para o fato de que os códigos culturais que ele acionou não teriam repercussão se não pudessem estabelecer uma comunicação intersubjetiva com a população. Além de colocar o líder carismático em contato com o povo, os processos identitários construídos através desses canais de comunicação foram capazes de criar uma rede social da qual Tenório era apenas parte integrante.

Mas, além da comunicação intersubjetiva, a política também é composta por práticas sociais. No caso aqui analisado, essas práticas são entendidas como processos instrumentais que reforçam a construção do mito. Assim, é preciso atentar para uma relação constante entre práticas sociais e representações mentais.

¹⁰ Ex-deputado federal pelo Distrito Federal, eleito em 1950 pela legenda do Partido Republicano Trabalhista (PRT). Sua trajetória política esteve fortemente vinculada à militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV, 2000 - <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

3 – O significado do voto:

Como observa Moacir Palmeira (1990), mais do que uma escolha individual o voto tem um significado de adesão. Nesse sentido, pesa a declaração pública antecipada do voto. A adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, a família ou o grupo social e não se restringe ao ato de votar. Nem mesmo o fato de não possuir um título de eleitor é suficiente para afastar alguém do processo eleitoral.

Segundo Jairo Nicolau (2004, p.46), as eleições de 1945 foram as primeiras da história com significativa participação eleitoral. Teria contribuído para isso a atuação da Justiça Eleitoral, responsável pelo alistamento, votação, apuração e proclamação dos eleitos. Dessa forma, o comparecimento às urnas ultrapassou a taxa de 10% da população total, colocando o Brasil entre as democracias de massa.

O código eleitoral de 1950 estabelecia que o alistamento ocorria apenas por iniciativa do eleitor – acabando com o alistamento *ex-officio* que obrigava os representantes de órgãos públicos a alistarem seus funcionários. Assim, todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos deveria ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Para votar cada eleitor deveria levar às seções eleitorais, além do título, a cédula eleitoral. Estas podiam ser confeccionadas pelos partidos ou pelos próprios candidatos.

Como os eleitores não eram obrigados a votar numa única seção havia inúmeras fraudes, como a falsificação de títulos ou títulos obtidos ilegalmente, inserindo no processo de votação eleitores já falecidos ou com mais de um registro. Desta forma, o controle sobre o processo eleitoral era fundamental para se ganhar a eleição.

A UDN ficou conhecida nacionalmente como sendo o partido da oposição. No estado do Rio de Janeiro, o PSD controlou a máquina político-administrativa durante os anos cinquenta, trazendo de volta o interventor federal do Estado Novo, Amaral Peixoto, entre 51 e 54 e depois elegendo Miguel Couto Filho para o período de 55 a 58. Desde que a UDN não ameaçasse a hegemonia do PSD essa oposição ficava limitada à tribuna da Câmara e às notícias de jornais. Contudo, Tenório Cavalcanti se constituiu como um candidato peculiar no campo político do Rio de Janeiro, haja vista que não havia no estado um candidato popular para representar a UDN. Teria sido essa oposição geradora da maioria dos conflitos armados envolvendo diretamente o deputado caxiense ou indiretamente, através de seus cabos eleitorais. Assim, constituiu-se na Baixada

Fluminense uma espécie de politização da violência, o que fez com que o capital político fosse muitas vezes disputado a bala.

O processo de votação certamente contribuiu para essa violência. A distribuição das cédulas eleitorais pelos partidos ou candidatos e inclusive pelos jornais, abria espaço para que houvesse um controle do voto. O eleitor que fosse pego portando uma cédula de um candidato rival podia sofrer coerções. Tenório fazia inúmeras denúncias de que a polícia de Caxias, trabalhando para o PSD de Amaral Peixoto, prendia e, eventualmente, torturava eleitores e cabos eleitorais da UDN. Em um de seus discursos na Câmara diz que quem discordasse do governo de Amaral Peixoto seria ameaçado: “(...) em Caxias, como em todo o Estado do Rio, quem não for amaralista, quem não for getulista, quem não for protegido pelo poder dominante é, hoje, julgado inimigo do governo, comunista, bandido” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, maio de 1951). Nesse mesmo discurso, Tenório diz que a polícia política obrigava dezenas de famílias a saírem de Caxias ameaçando prender seus membros. Em outro discurso narra, de forma fictícia, como seria a perseguição dessa polícia política aos correligionários da UDN:

(...) Prende-se e esbordea-se um amigo de Pedro Tenório. O amigo declara que a cozinheira sabe do crime e que Tenório recebeu cinco mil cruzeiros. Prende-se a cozinheira. Esta diz que o copeiro também sabe. Prende-se o copeiro, que declara ser o crime também do chofer. Detem-se o chofer, que acusa o secretário da UDN local. Este é preso. Depois é a vez do vice-presidente do partido, do suplente de vereador, e de todos os outros elementos de que se compõe o partido no município. Nesta marcha só escaparão os afeiçoados dos dominantes que, armados até os dentes, apontam aos policiais as pessoas que não votaram no Sr. Amaral Peixoto e por isso precisam ser escoraçadas do município.” (Ibid).

Se, por um lado, estar do lado de Tenório podia ser tornar um risco de vida para os seus correligionários, por outro, essa aliança trazia proteção. Essa proteção não era apenas física, real, mas era também uma sensação, uma percepção que se sustentava nas idéias míticas que se construíram em relação a Tenório. Uma história contada pelo ex-deputado federal Getúlio de Moura¹¹, do PSD, retrata bem esse fato:

(...) quero esclarecer o que ocorre em Duque de Caxias. Indivíduos que lá chegam, quase sempre vindos do norte, procuram, desde logo, adotar um sobrenome que seja ou Tenório, ou Cavalcanti ou às vezes Tenório

¹¹ Getúlio de Moura foi eleito deputado federal pelo PSD do Rio de Janeiro nos pleitos de 1945, 1950, 1954 e 1962. Sendo que em 1958 foi candidato ao governo do estado, perdendo as eleições para Roberto Silveira.

Cavalcanti (...) Esses indivíduos não são seus parentes e (Tenório) sequer os conhece. Só procedem dessa maneira para formar cartaz. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, abril de 1951).

Se o Estado moderno, na concepção formulada por Weber (1982), é uma instituição que pretende o monopólio do uso legítimo da violência dentro de um determinado território, esses exemplos nos levam a crer que o que acontecia nos períodos eleitorais era justamente uma disputa por esse monopólio que garante a participação no poder. Se Tenório tinha os seus protegidos e seus aliados nessa disputa política através da violência, isso significa que não era muito clara a percepção da população sobre o papel do Estado nesse processo ou, então, a representação das práticas sociais apontava para uma confusão sobre quem e em que circunstâncias exercia o papel do poder público.

4 – Clientelismo, assistencialismo e partido:

O político caxiense usava o seu *status* para disputar capital político com o poder público, embora, nunca tenha se aliado à máquina político-administrativa que controlava o governo. Diversamente do que teria feito Amaral Peixoto e Chagas Freitas, que teriam contribuído para afirmar um *modus operandi* peculiar na política do Rio de Janeiro ao mobilizarem máquinas clientelistas gigantescas, o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti é melhor compreendido a partir de práticas sociais assistencialistas mediadas por códigos de pertencimento embasados em categorias como a amizade e a lealdade.

Na análise feita por José Murilo de Carvalho (2005) o conceito de clientelismo deve ser usado para expressar a troca de votos por empregos e serviços públicos. Estes são conseguidos indiretamente através de pessoas (políticos, funcionários, chefes locais) que estabelecem uma relação de troca com o Poder Executivo ou diretamente através da relação deste com a população. Portanto, se o Poder Executivo for retirado deste sistema, não seria adequado utilizar o conceito de clientelismo.

Mário Grynszpan (1990) sustenta que o compadrio, o parentesco, a amizade e a patronagem é que formaram as bases das redes sociais da política exercida por Tenório Cavalcanti. A capacidade de gerenciar a violência fez com que Tenório, aos poucos, fosse criando um verdadeiro exército particular formado, em sua maioria, por parentes e amigos vindos de sua terra natal, Alagoas. Assim, Tenório podia proporcionar proteção não apenas a figuras importantes da elite local como também a inúmeros migrantes

nordestinos que chegavam na Baixada Fluminense sem trabalho nem terra para morar. Quando entrou para a política, Tenório utilizou a sua capacidade de proteção contra a violência como mecanismo de barganha a com diferentes classes sociais.

A pesquisa realizada por Israel Beloch (1986) revela que Tenório Cavalcanti foi adquirindo ao longo de sua vida uma boa fortuna. O ex-deputado fluminense foi para Caxias em 1927 trabalhar numa fazenda como capataz. Seu trabalho consistia em administrar uma brigada armada que tinha como objetivo defender as terras de seu proprietário e combater os grupos invasores, o que era muito comum naquela época. O próprio Tenório descreve esse trabalho em seu livro de memórias:

Verdadeiras brigadas armadas até os dentes trocavam balas, assumindo os acontecimentos o aspecto de verdadeira revolução. Eu chefiava uma dessas brigadas (...) Nenhum homem era visto sem o habitual *Colt* ou *Smith & Wesson* na cinta, circundada de balas. Acontecia algo semelhante ao que estamos acostumados a ver nos filmes sobre o desbravamento do Oeste americano. (SILVA, 1954, p.22).

A abertura da rodovia Rio-Petrópolis, inaugurada em 1928, acelerou bastante a atividade loteadora das terras marginais a esta estrada que corta o município de Duque de Caxias. Estas terras se valorizaram por estarem próximas à nova via de ligação com a cidade do Rio de Janeiro e, por isso, transformaram-se em palco de acirradas disputas. Tenório teria adquirido muitos lotes e, com o crescimento econômico da região, pôde lucrar com eles. Outra fonte de renda do político caxiense teria vindo do trabalho como cobrador de impostos em Nova Iguaçu durante os anos 30, assim, supostamente teria recebido propinas em troca de proteção e isenção fiscal. Seu livro de memórias revela ainda que Tenório ganhou dinheiro com um negócio relacionado à venda de madeira e carvão proveniente de suas terras. O casamento com a filha de um próspero comerciante da elite local e, mais tarde, o retorno financeiro proporcionado pelo jornal *Luta Democrática* e a sua atuação como advogado em casos que se tornaram famosos, como o crime do Sacopã, também teriam sido determinantes para a sua ascensão social. Como resultado dessa riqueza acumulada, Tenório pôde realizar várias formas de assistencialismo.

Portanto, o código cultural manejado pela política assistencialista realizada por Tenório Cavalcanti colocava mais em evidência a amizade e a lealdade do que a racional troca de favores estabelecida através das relações clientelistas, em que as peças

da engrenagem podem ser facilmente substituídas¹². Nesse sentido, Grynszpan observa que:

Em sua política, em seu grupo, ao invés de uma organização de militantes, o que se observa era uma ampla rede de relações pessoais, de amizade, parentesco e patronagem, trançada pela reciprocidade, a dependência, a lealdade e a deferência, tendo no líder seu fio central e produzindo uma identificação direta entre este e os demais componentes. Num tal quadro, uma ofensa a um destes era igualmente lida como um ataque pessoal ao líder. Buscando, assim, atingir Tenório, seus adversários agrediam também aqueles que a ele se ligavam. (GRYNSZPAN, 1990, p.81).

Esse código cultural manejado pela política assistencialista também incluía a idéia de pertencimento ao mesmo espaço social: o Sertão Nordeste. Como foi observado pelo jornalista Arlindo Silva no prefácio ao livro de memórias:

O deputado udenista soube cultivar a estima e simpatia de grande parte da população do município. Atende a todos, dá remédios, dinheiro, roupas aos necessitados. Manda os pobres comprarem gêneros nos armazéns e marcarem a despesa na conta dele. Arruma emprego para os que pedem, e não hesita em admitir como empregado um “cabra” que chegou das caatingas do Norte, desde que seja leal e ligeiro no gatilho. (SILVA, 1954, p.11).

A Baixada Fluminense e especialmente Caxias receberam um enorme fluxo migratório proveniente do Nordeste durante o período em que a atuação política de Tenório Cavalcanti ganhou maior notoriedade. Qualquer cidade que sofre este tipo de impacto acaba abrindo as margens de sua estrutura social para novas formas de mobilidade. A reprodução de práticas políticas personalistas contribuem para a regulação e o controle de bens materiais e de formas de ascensão social e pode acabar congelando os mecanismos de inclusão social. Tenório, sem dúvida, interferiu nesses mecanismos de mobilidade social, porém, é importante observar que a sua intervenção política pode ter funcionado como uma via de acesso para que parte da população ascendesse socialmente, se fixando na Baixada Fluminense. Penso que não podemos naturalizar a oposição existente entre, de um lado, práticas democráticas de inclusão

¹² Mesmo dando combate cerrado ao governo federal, o poder político de Tenório o levou a se aproximar do poder público em algumas ocasiões. Foi o que ocorreu, por exemplo, após as enchentes que assolaram Duque de Caxias em 1958. Nessa ocasião Tenório articulou os contatos com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) a fim de destinar verbas para a construção da Vila São José, cujo objetivo era abrigar as vítimas. Porém, esta associação com o governo não foi o padrão de suas práticas políticas.

social e processo de modernização e, de outro, práticas personalistas exclusivistas e atraso sócio-econômico. Práticas políticas personalistas podem caminhar junto com o processo de modernização de um determinado espaço social, garantindo assim, mecanismos de mobilidade e inclusão social. Obviamente, não faço aqui qualquer julgamento de valor sobre a maneira como se constrói esse processo de modernização.

Em que pese o estabelecimento de práticas políticas baseadas em códigos culturais de caráter personalista, isso não implicou, no entanto, que Tenório Cavalcanti tivesse uma atuação política independente de bases partidárias. Em 1953, época em que Tenório estava na UDN, ocorreu um caso que pode exemplificar a sua relação de interdependência com o partido. O então delegado de Caxias Albino Imparato e o seu assessor Arnaldo Bereco foram assassinados a tiros no centro de Caxias. Tenório foi prontamente acusado por seus inimigos políticos que usaram como alicerce o fato do deputado ter sofrido um atentado três dias antes, supostamente realizado por Bereco, a mando do próprio delegado Imparato (SILVA, 1954, p.180-181). O caso foi amplamente divulgado na mídia. O delegado Wilson Frederici, que substituiu Imparato em Caxias, conclui no inquérito policial que Tenório Cavalcanti e alguns dos homens que trabalhavam para ele foram os culpados pelo crime. Como resultado o juiz de Caxias, José Navega Crotton, emitiu um mandado de busca e apreensão à casa do político udenista, determinando ao delegado que prendesse os acusados. Em decorrência, a residência do deputado foi cercada por tropas policiais e do exército fortemente armadas. Como o caso teve repercussão nacional, acabou envolvendo diretamente a participação de importantes políticos como o ex-ministro da Fazenda Osvaldo Aranha e os ex-deputados federais Nereu Ramos (PDS-SC), presidente da Câmara Federal, Afonso Arinos (UDN-MG) e o general Flores da Cunha (UDN-RS). Estes agiram contra a vontade do governador Amaral Peixoto e do secretário de segurança do estado Agenor Barcelos Feio, pois conseguiram suspender a ordem judicial, considerada inconstitucional pelo deputado Flores da Cunha. Findo o acontecimento, Tenório soube utilizá-lo como uma forma de se promover politicamente, já que transformou o conteúdo policial do caso num atentado da polícia do Estado contra a honra de um parlamentar e de sua família, manejando a lei a seu favor. A mobilização desses políticos notáveis em sua defesa só foi possível porque Tenório também era parte integrante dos quadros da UDN e, como tal, estava associado aquele conhecido elitismo através do qual o partido é comumente caracterizado.

Conclusão:

Procurei mostrar neste trabalho como as representações sobre a política construídas em torno da imagem pública de Tenório Cavalcanti e as práticas sociais existentes no seu modo de atuação política compuseram um *habitus* que se afirmou nas disputas por poder no campo político do Rio de Janeiro durante os anos 50 e 60. A análise consistiu na observação de padrões discursivos capazes de expressar uma visão de mundo, formas de se posicionar politicamente e maneiras de entender os conflitos políticos.

Na primeira e na segunda parte aponte para a existência de um paradigma cultural comum ao Brasil constituído pela valorização do sacrifício, da tragédia e do desafio a morte que, inconscientemente ou não, estiveram associados à forma como o jornal Luta Democrática e o próprio Tenório, em seus discursos na câmara dos deputados, construíram a sua imagem pública. Este paradigma serviu para reforçar seu posicionamento político junto à população pobre e, mais especificamente, aos trabalhadores não sindicalizados e aos trabalhadores rurais. Na terceira e quarta parte procurei caracterizar as práticas sociais exercidas por Tenório Cavalcanti, de modo que fosse possível ter uma maior precisão sobre as suas formas de atuação no campo político do Rio de Janeiro.

De forma sucinta, a perspectiva teórico-metodológica que me propus a fazer remete a idéia de que a análise sobre uma realidade social específica pode nos levar a reflexão sobre processos sociais mais amplos e, assim, perceber aspectos não apreendidos por interpretações correntes ou mesmo fazer análises críticas sobre elas. É o que procurei fazer estudando o fenômeno político expressado por Tenório Cavalcanti.

Referências Bibliográficas:

Jornal:

Luta Democrática. Rio de Janeiro, 1954-1964

Arquivo:

Anais da câmara dos deputados. Rio de Janeiro, 1951-1964

Livros, artigos e sites:

BELOCH, Israel. *Capa preta e lurdirinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Coleção Estudos Brasileiros, 51 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Tradução de Júlia Mainardi. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, vol. 50, no 1, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 13ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Pontos e bordados: escritos de história política*. 3ª ed. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930 – DHBB. 2 v. Coord. Alzira Alves Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman, Sérgio Tadeu e Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, no 14, 1990.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do Rei*: um estudo sobre teologia política medieval. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.20.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Eleições em tempos de mudança: o campo político carioca entre o carisma e a rotina. In: *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

SILVA, Arlindo. *Memórias de Tenório Cavalcanti*: segundo narrativa a Arlindo Silva. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.49-70, 1965.

_____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

TSE. <http://estatistica.tse.gov.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:2667047713794029>

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª ed. Brasília, UNB, 1995.

WEBER, Max. *A política como vocação*, in H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs), *Ensaio de Sociologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Os três tipos puros de dominação legítima*, in Gabriel Cohn (org), *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2008.